

## A PROJEÇÃO DO PODER CHINÊS NAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL E CHINA

*Marcia Angela Dabmer Quinzani*

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o aumento do poder chinês no sistema internacional e como se fundamenta nas relações bilaterais entre o Brasil e a China a partir dos anos 2000. Os fluxos comerciais entre os dois países têm alcançado índices expressivos. No entanto, as exportações do Brasil para o mercado chinês estão concentradas em matérias-primas e recursos energéticos e as importações em manufaturas. A China tem aumentado sua participação em investimentos no Brasil, principalmente no campo das *commodities*.

### Introdução

No atual contexto internacional destaca-se o papel que da China para as relações internacionais. Com o seu acelerado desenvolvimento, logo após as reformas econômicas comandadas por Deng Xiaoping, em 1978, cada dia mais tem adquirido status de grande potência e aumento de poder no espaço internacional. Dentre essas conjunturas, a China tem impactado em outras economias emergentes com suas novas demandas. Dessa forma verifica-se a necessidade de avaliar como se fundamenta a projeção do poder chinês nas relações bilaterais Brasil-China a partir dos anos 2000.

A evolução das relações bilaterais entre o Brasil e a China, a partir de 2000, tiveram avanços significativos em comparação do Brasil com o resto do mundo, onde constata-se o aumento nas participações de importação e exportação do Brasil para o país asiático. Nesse sentido, a China importa matérias-primas e recursos energéticos para o abastecimento interno, e exporta produtos tecnológicos para o mercado brasileiro. Além disso, a China tem aumentado sua participação em investimentos no Brasil, principalmente, os que possuem concentração para a aquisição de *commodities*.

Em 2009, a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil, ampliando-se de forma marcante entre 2001 e 2015 saltando de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 66,3 bilhões. Atualmente, a China é nosso maior comprador, e em 2012, a China tornou-se nosso principal fornecedor de produtos importados.

O presente artigo tem como objetivo analisar o aumento do poder chinês no sistema internacional e suas novas demandas, bem como demonstrar os efeitos das relações bilaterais Brasil-China para a agenda brasileira nos últimos anos.

Este trabalho analisará as estruturas do poder global e a hegemonia chinesa, considerando a China como protagonista central desta nova realidade do sistema internacional, conforme será demonstrado na (seção 2), depois serão examinados as relações diplomáticas entre o Brasil e a China a partir de 1974, à medida que a relação entre os dois países evoluíram de forma intensa e complexa. De maneira que a recente relação demonstrasse ao passar do tempo à importância do diálogo bilateral (seção 3). Serão investigadas as relações bilaterais Brasil-China a partir dos anos 2000, demonstradas pelo aumento contínuo da balança comercial e investimentos chineses em território brasileiro (seção 4). Por fim, nas considerações finais (seção 5) apresenta-se a ideia da dualidade desses impactos para o Brasil.

### **Poder e a China no sistema internacional**

O século XXI teve o seu início marcado por aceleradas transformações nos sistemas político e econômico internacionais, onde determinados atores modificaram suas posições nesse cenário. Durante este período o poder está baseado em avaliação da manutenção hegemônica dos países centrais e as grandes dificuldades dos países emergentes se ascender ao mercado internacional. (ACIOLY *et al.* 2010; NYE, 2010)

A luta dos Estados por espaços deixam a mostra suas ambições, que requerem em comum a mesma posição. Essa competição e essa luta não param quando uma potência vence conquistando sua posição hegemônica, porque quem perde não abandona a competição e porque sempre terá novos atores emergindo dispostos a buscar por um lugar nesse sistema. (FIORI, 2007)

No sistema mundial, formado pelos Estados Nacionais, a potência hegemônica será obrigada a expandir seu poder continuamente, o qual assegurará sua posição correspondente e força para continuar a competir de forma, que o sistema mundial se mantenha vivo e não esteja condenado ao seu extermínio com o surgimento de um “império mundial”<sup>1</sup>.

De acordo com as políticas dos atores quando não oferecem obstáculos umas às outras, acabam por gerar harmonia, mas se de alguma forma a política dos atores tiver como resultado obstáculos para o alcance de seus objetivos políticos, será necessário a indagação se estão sendo feitas o ajuste dessas

---

<sup>1</sup> “império mundial”- Uma unidade econômica nacional que não baste a si mesma e que estenda infinitamente sua força até transformar o mundo em um império universal, tal é o ideal sonhado do capital financeiro. Nikolai Bukharin, A economia mundial e o imperialismo. Apud Fiori, 2007, p. 81.

políticas<sup>2</sup>. “Um equilíbrio entre forças não é por si só uma garantia de paz, porém, se estruturado e evocado com sabedoria, pode limitar o alcance e a frequência de desafios fundamentais e diminuir suas chances de sucesso quando ocorrerem”. (KISSINGER, 2015, p.17)

Os governos entram em negociações internacionais exatamente para reduzir o conflito existente ou potencial. (FIORI, 2005, p. 57) A cooperação hegemônica está desenhada em ajustes de políticas, onde um Estado é mais forte do que o outro, e, portanto, a balança torna-se pendente pra um dos lados como um mecanismo desigual na qual o poder desempenha um papel central.

Na perspectiva do poder, as alianças não podem ser consideradas como amizades na política internacional, no entanto, podem ser consideradas as relações que estão baseadas em sua utilidade. As alianças se baseiam em duas linhas, em iguais e desiguais e isso vai depender do status e o poder relativo que cada aliado possui. E não há estado que seja tão insuperável que não tenham necessidades que venham dos outros, além disso, “a aliança perfeita demonstraria igualdade de interesse e compromisso entre as duas partes, acrescida de uma reciprocidade de vantagens”. (WIGHT, 2002, p. 118)

Na abordagem de uma configuração do poder conseguimos extrair uma opinião generalizada sobre a política internacional de acordo com o seu contexto geográfico, mas fugindo dessa ordem podemos verificar que as potências mundiais são o peso da balança entrelaçados em alianças e afinidades combinados a seus princípios com sua força material.

Esta configuração do poder direciona a ideia de estratégia que vincula ao equilíbrio do poder e mantém considerações ao potencial militar, da diplomacia e do poder econômico. Mas a concepção de *equilíbrio de poder* é a mecânica da política do poder ou um termo mais amplo da política internacional que descreve de forma mecanicista as relações internacionais.

O equilíbrio de poder percorre dois tipos de barreiras para se estabelecer, primeiramente ocorre quando uma grande potência alcança forças a ponto do uso de ameaças para sua hegemonia. A segunda ocorre quando no círculo das grandes potências surge um novo ator secundário que gera determinados ajustes designados pelas outras potências instalando um novo equilíbrio ou até mesmo um conflito. (KISSINGER, 2015)

O poder global pode manifestar-se de diversas formas no cenário internacional, de acordo com Nye (2010) na definição comportamental seguem como o poder duro que está ligado na capacidade de mudar as escolhas dos outros através da coerção e como “o poder brando, por outro lado, é a capacidade de obter resultados desejados porque outros querem o que você deseja”. (NYE, 2012) O poder suave está emergindo e se torna mais influente no espaço de informação global de hoje e tem menos suporte de poder duro. (CHONG, 2005) Em forma conceitual o poder brando pode ser definido como “os recursos nacionais que podem guiar a habilidade do país a afetar outros através de

---

<sup>2</sup> Comentário da tabela elaborada por Keohane – intitulada por – Harmonia, cooperação e discórdia. Apud Fiori, 2005, p. 57.

meios cooperativos para moldar a agenda, persuadir e evocar atração positiva com o objetivo de atingir resultados preferenciais” (TRUNKOS, 2013, p. 4)

Nesta premissa do poder brando, podemos observar que um país pode obter os resultados desejados na política mundial, porque os outros países, admirando seus valores o acabam seguindo. O poder suave só pode ser usado com o reconhecimento dos outros atores. E quem o usa pode moldar toda uma estrutura direcionada de acordo com os seus objetivos. Como o próprio Nye (2004) enfatiza, o poder suave é mais difícil de manejar, seus recursos mais importantes estão fora do controle de governos porque seus efeitos dependem fortemente da aceitação pelos públicos receptores. Dessa forma os recursos do poder brando funcionam com a mudança do ambiente para a política, e às vezes, levam anos para produzir o desejado. Contudo, o poder desenha os interesses e as preferências de parceiros e rivais.

De acordo com Nye (2010) as principais fontes no poder brando são a cultura, os valores políticos e a política externa. No entanto, a força principal está voltada às características do poder econômico, onde, a interdependência pode ser uma das principais características da economia internacional.

O comércio internacional está marcado não somente pelo composto de riquezas, mas, também naquilo que o dinheiro pode comprar, conquanto uma economia só manterá transações com outra se entender que através do intercâmbio tem lucrado com isso. “Como a noção de ganho está associada ao potencial de aquisição de determinados itens via comércio, a explicação está necessariamente relacionada às características do processo produtivo em cada economia”. (BAUMMAN; CANUTO; GONÇALVES, 2004, p. 12) Dessa forma, o comércio internacional se fundamentará apenas quando as transações e aquisições estiverem mais barato em outra economia<sup>3</sup>.

No contexto do poder ou potência podemos adotar diversas definições aplicado à política em suas mais diversas vertentes, uma potência não pode emergir apenas de um âmbito ou uma ordem temporal determinada por uma forma absoluta, mas por comparações com diversas nações em um dado momento. “Poder não apenas se mede no âmbito de uma relação entre indivíduos ou entidades distintas; o próprio conceito de “poder” pressupõe a existência dessa interação. (LYRIO, 2010, p. 29) No campo político, não há existência de poder sem relação entre atores. Da mesma maneira se supõe que a grande potência é dependente de um contexto interativo com outras unidades do sistema internacional.

As mudanças no cenário mundial determinaram as novas posições dos Estados Nacionais na hierarquia conjuntural do sistema. O que marcou no período dos anos 2000 foram às novas demandas de atores que representam a disputa nos espaços internacionais, como a Rússia, a Índia e também, a China. Este último por sua vez, o aumento de poder está atrelado ao seu forte dinamismo econômico

---

<sup>3</sup> Teoria das Vantagens Comparativas – David Ricardo (1817). (BAUMANN *et al.* 2004, p. 12)

baseado em relações coordenadas ao crescimento asiático, do continente africano, da América Latina e europeu. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2010)

“A China é a protagonista central e emblemática desta nova realidade internacional. Ela é ao mesmo tempo a nova potência econômica, uma referência essencial na política internacional e o centro das atenções políticas regionais”. O sucesso de sua ascensão advém do seu contexto histórico, pois ela rompe com os obstáculos ao crescimento tradicionalmente conferidos as nações periféricas, de modo igual contraria o modelo social democrático de crescimento europeu e se diferencia de todas as transformações do comunismo a economia de mercado. (JAGUARIBE, 2011, p. 40)

No quesito do aumento de poder de distintos Estados Nacionais como, por exemplo, a China, verifica-se que os EUA mantêm uma elevada concentração de poder tanto econômico como político, onde são detentores do dólar, da maior economia mundial e força militar reconhecida como a que possui o maior desembolso mundial. Nessa abordagem, o caminho do sistema internacional permanece unipolar, mas de alguma maneira, a unipolaridade americana tem tido redução de poder diante de outros Estados mundiais, onde países como a China tem alcançado vantagens devido o seu crescimento acelerado de poder político e econômico.

O entendimento dos fatores que definem a ascensão de uma potência, abrangem características territoriais e demográficas, os quais podemos analisar o caso da China, onde existem proporções numerosas em recursos físicos e humanos, e também, um desenvolvimento econômico que alcançou êxitos no sistema internacional nas últimas décadas, o qual pode ser considerado como o recurso com maior força para a ascensão chinesa como potência.

O produto interno chinês cresceu a partir do momento que foram feitas as diversas reformas econômicas comandadas por Deng Xiaoping, em 1978 que possibilitou a chegada até 2008 com uma estimada taxa de 9,5% ao ano, equivalente a três vezes a média dos Estados Unidos. É claro, que não se poder deixar de avaliar os desafios vivenciados pela china em períodos anteriores como na Revolução de 1949, a retração de investimento da URSS, Revolução Cultural, “permitiu à China a alcançar um ritmo de crescimento significativo mesmo em meio aos excessos do Maoísmo, não surpreende que a relativa estabilidade política pós Revolução Cultural (...) tenha criado um ritmo (...) espetacular de crescimento”. (LYRIO, 2010, p. 36)

De qualquer forma os processos de modernização e de reformas econômicas em 1978, juntamente com a tentativa de inserção ao mercado internacional, demonstrou a resposta chinesa aos obstáculos de conseguir alcançar o desenvolvimento econômico que estivesse, primeiramente em benefício da população chinesa e ainda, manteria a existência da RPC quanto do PCC. (ALTEMANI, 2012)

Desse modo, o propósito primário da política externa chinesa, dentro do projeto de modernização, focaliza-se no aspecto de fortalecer a reforma econômica voltada para o mercado, em

segundo lugar, a defesa da soberania e da homogeneidade nacional e, em terceiro, sua reestruturação com poder regional e internacional. Por consequência, os desafios econômicos sempre foram importantes componentes básicos da segurança nacional que dentre eles podemos definir, a independência, a estabilidade e a soberania.

Os desafios econômicos da China são abordados como um teste de medição da sobrevivência e do poder de se transformar no sistema internacional e, com a salvaguarda de manter a estabilidade política interna. Desse modo, o atraso em relação aos países desenvolvidos deveriam ser diminuídos, alcançar os Tigres Asiáticos e ultrapassar os Estados do Leste Europeu, para que a população nacional não duvidasse do socialismo chinês e os fatores políticos mantivessem o equilíbrio.

A China nunca teve um projeto de desenvolvimento definido ou orientado por instituições externas, mas sim, foi sendo construído de maneira autônoma e específica no dia a dia focado a solucionar problemas internos como, a estagnação da agricultura, e a volta de recursos financeiros e tecnológicos externos.

O crescimento econômico chinês se fundamenta no uso de recursos subutilizados, do que na vantagem de produção de fatores que já estão na estrutura da economia formal. Podemos verificar neste exemplo o movimento do meio rural para o urbano, onde trabalhadores do campo vão em direção aos trabalhos da indústria e o setor de serviços. Isso gera de um lado custos minimizados de investimento de capital, associado a uma numerosa mão-de-obra disponível e, de outro, a poupança interna e investimentos com taxas elevadas derivados do baixo consumo da população, que aponta ser o principal motivo do crescimento chinês acelerado. Levando em consideração a enorme disponibilidade de fatores humanos e materiais que não é aproveitada no país, pois 60% da população ainda se encontra no campo continuará a contribuir para o crescimento por muitos anos que virão, já que a tendência disso tudo, é o mantimento de mão-de-obra relativamente qualificada e barata.

Mas somente fatores de produção abundantes não são capazes de explicar o crescimento da economia chinesa. Em nosso sistema mundial temos outros exemplos de países em desenvolvimento que compartilham de mão-de-obra e insumos mais baratos, como a Índia, alguns países da África, e mesmo assim, não conseguem atingir um bom nível de crescimento econômico. Existem outros facilitadores para esse crescimento, alguns dos quais, como um índice regular de escolaridade da população, infraestrutura de transportes em bom funcionamento, comunicação, e energia com força de ponta para o funcionamento da indústria são quesitos cruciais para todo esse avanço.

Por sua vez, as variadas formas de projeções ligadas ao desempenho de crescimento da economia global e de outros atores propriamente ditos, devem ser cuidadosamente olhados, da mesma forma que essas estimativas não têm como serem evitadas quando se propõe a desenhar os próximos passos do cenário para a ascensão da China como potência mundial. A partir das discrepâncias analisadas em índices, aproximadamente “todas as instituições financeiras internacionais continuam a

projetar para as próximas décadas um elevado crescimento econômico chinês, sempre acima da média mundial e, sobretudo, da média dos países desenvolvidos”. (LYRIO, 2010, p. 42)

Países que estão fora do continente asiático e também os que fazem parte da região tem apresentado índices de inversão bem mais baixos em comparação com os números de investimento na China. A taxa de investimento fixo na china chegou a atingir em 2005, 41,5% do PIB, se sobrepondo à Índia (28%), a Malásia (20%) e as Filipinas (15%). Mesmo que as altas taxas de investimento favoreçam o movimento do campo para as cidades e contribuam para o crescimento econômico, os riscos possibilitam a queda do lucro da produção, problemas sociais e políticos que decorrem na ocupação em áreas rurais e uma capacidade produtiva que pode tornar-se ociosa em períodos de instabilidade.

A China tem tentado incentivar o aumento do consumo doméstico nas cidades e no campo a fim de reduzir o peso dos investimentos e proporcionalmente diminuiria a dependência do país com relação às exportações. As exportações chinesas superaram os EUA em 2007, colaborando para a ocupação de lugar do segundo maior exportador do mundo perdendo somente para a Alemanha. Nessa conjuntura, as políticas fiscal e monetária da China definidas logo após a crise e, particularmente, o XII Plano Quinquenal (2011-2015), demonstram o interesse do governo de estabelecer padrões de crescimento por meio da expansão do consumo familiar, principalmente as de baixa renda, “e da desconcentração regional dos investimentos para sustentar o crescimento de longo prazo e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades”. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011)

Nessa perspectiva a evolução do comércio exterior da China não apenas se vincula ao crescimento das exportações e importações, mas principalmente a enorme valorização à produção direcionada para a exportação. Os produtos voltados à área têxtil geram elevadas somas, estimando em US\$ 115 bilhões só em 2007, no entanto contabilizaram com (9,4%) da pauta de exportação. Por outro lado, bens como máquinas e produtos eletrônicos vem compondo um espaço crescente de vendas, tendo alcançado respectivamente o valor de US\$ 701 bilhões em 2007, correspondente a 57,6%. E ainda, os produtos de alta tecnologia que trouxeram ao país o equivalente a US\$ 347,8 bilhões de dólares naquele ano. (LYRIO, 2010)

Esse avanço demonstra a “responsabilidade da China pela mudança recente dos fluxos comerciais mundiais e mostra a importância do papel desempenhado pelo comércio internacional na estratégia de crescimento chinês”. Há diversos componentes explicativos para a expansão de seu desenvolvimento econômico, desde a política cambial<sup>4</sup>, “passando por salários baixos e ganhos de produtividades da economia, até a ascensão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), em novembro de 2001”. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2010 p. 7) <sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Política Cambial – Manutenção da moeda desvalorizada em relação ao dólar. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2010 p. 7)

<sup>5</sup> O equilíbrio do comércio exterior pode ser superado pela anarquia produtiva nas relações internacionais. E o mais eficiente para que isso aconteça é a manipulação do Câmbio, de maneira que seja um facilitador das relações externas de produção e possam favorecer o desenvolvimento da nação. De acordo com análises, o câmbio pode ser o principal instrumento de

Entretanto, o crescimento das exportações foi impulsionado pela configuração das ZEE (Zonas Econômicas Especiais) e da política cambial que se mantém numa percepção de longo prazo, mesmo que considere resquícios do curto prazo. Ou seja, as normas da política cambial na China não somente obedecem as transformações do ambiente interno e externo, porém, seguem uma concepção referente aos objetivos de um maior espaço de tempo das demais políticas do país como a industrial, a do comércio exterior e outras. De acordo com isto, a gestão da moeda *yuan* colabora com os objetivos do Estado Nacional de proteger a indústria nacional, de manter as exportações com dinamismo e de articular a ascensão pacífica da china para o mundo de maneira harmoniosa com a principal fonte de poder dentro do sistema internacional. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2010)

No sistema internacional ao passo que a China se torna cada vez mais “global partner”, o seu desempenho de “global player” se expande em seus planos econômico, político e militar. Com o tamanho do peso internacional abrangente a seu mercado interno, matérias-primas, produção agrícola, ciência e tecnologia dialogam com um espaço de número 1 do mundo. (CHACON, 1999, p. 314)

No entanto, existem algumas variáveis que podem enfraquecer os processos de mudança no padrão de crescimento chinês, onde, alimentos, matérias-primas e recursos energéticos estão distantes do seu controle jurisdicional. “Essa mudança de padrão de crescimento que virá acompanhada de uma desaceleração do crescimento (entre 2% e 3%)”, de outro modo, tenderá a desaceleração do ritmo de expansão das demandas de matérias-primas e recursos energéticos, contudo, as necessidades destes recursos serão elevadas.<sup>6</sup>

Dessa maneira, a continuidade do crescimento chinês à longo prazo depende da aquisição às matérias-primas, do avanço dos custos salariais, da produção e dos fatores demandantes de seu crescimento econômico. Com reserva das matérias-primas, que são dependentes de circunstâncias específicas, as outras conjunturas localizam-se fortemente relacionadas. Conseqüentemente, o crescimento das exportações chinesas juntamente com os investimentos trazem consigo o crescimento econômico, que estão baseados em suas amplas vantagens de custos na produtividade de bens industriais com baixo valor unitário, onde as despesas de trabalho pagas em dólares internacionais constituem uma conjuntura estratégica. (MEDEIROS, 2008)

Nisso, Halper (2010), colaborou para uma nova abordagem da dinâmica do relacionamento bilateral que influenciará nas novas definições para as relações internacionais deste século. O capitalismo que está direcionado pelo estado chinês demonstra o novo legado ideológico que sempre

---

dominação de um país sobre o outro, exemplificando principalmente atores que não possuem uma base produtiva consolidada no sistema internacional. (ALTEMANI, 2012)

<sup>6</sup> A tentativa de mudança na composição do crescimento – redução da participação do investimento no PIB com elevação do consumo das famílias e ampliação dos serviços públicos e da seguridade social – tende a gerar aumento no consumo de alimentos e de bens de consumo. Isso porque o possível aumento da renda dos mais pobres – que possuem maior propensão a consumir – poderá gerar o aumento da demanda dos produtos direcionados a esse segmento, mesmo com a desaceleração do crescimento do PIB. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011, p. 313)



esteve no tratado de Washington e que neste momento o Banco Central Chinês está assumindo espaços do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, ao financiar empréstimos e projetos direcionados ao desenvolvimento na América Latina e que podem assumir diversos impactos com suas diversas iniciativas.

As relações da China com os países em desenvolvimento recorrem as suas estruturas de necessidades de obter recursos naturais para fomentar a sua própria economia, por seus interesses comerciais, explorar novos mercados, e ainda, manter sua ascensão a regiões estratégicas do globo. Podemos verificar as intenções chinesas em projetos de cooperação que estes se beneficiam de um poder de tomada de decisões centralizado e que possuem maiores agilidades de contrapartida ocidentais.

“Esse novo contexto mundial, caracterizado pela ascensão chinesa, traz consigo oportunidades e desafios para a economia brasileira, sobretudo no que diz respeito à sua relação direta (comercial e investimentos externos) com a China”. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011, p. 315)

### **Relações diplomáticas Brasil e China**

Desde que foram estabelecidas as Relações Diplomáticas entre Brasil e a China em 1974, não redundou em um rápido incremento no intercâmbio comercial, sendo que as tendências de crescimento tiveram início no final da década juntamente com o início do processo chinês de “Reformas e Modernização”. (OLIVEIRA, 2012)

Neste período, as Relações diplomáticas entre os dois países tiveram avanços significativos e evoluíram de forma intensa e com um certo grau de complexidades. De forma que a recente relação demonstrasse ao passar do tempo a importância do diálogo bilateral. (BECARD, 2004; ITAMARATY, 2017) Ainda que, nesta mesma época o Brasil estivesse sob uma ditadura militar e a China vivenciava os reflexos do radicalismo da Revolução Cultural, “ambos os governos enfatizaram as profundas diferenças entre si, ressaltando, no entanto, a possibilidade de uma ação conjunta no sistema internacional que permitisse atingir objetivos comuns”. (ALTEMANI, 2012, p. 72)

Desde o começo, a parceria sino-brasileira retratava o objetivo de seus interesses comuns de desenvolvimento na agenda internacional, explicitando as similaridades em alguns fundamentos de política externa, com maior relevância em garantir a autonomia internacional, êxito na soberania nacional e proteção territorial, de maneira a se manter isento de qualquer interferência externa em seu ambiente doméstico. (ALTEMANI, 2012)

No período de 1974, o Brasil achava-se num momento de desenvolvimento econômico sólido, com o PIB em crescimento de dois dígitos ao ano, ao passo que a China, iniciando os processos de presença internacional, enfrentava um período de turbulências econômicas.

Nessa época, o Brasil se intitulava como membro do Terceiro Mundo, além de exercer um papel de uma certa liderança nas conjunturas de negociação internacionais e de defesa dos interesses dos países em desenvolvimento. No entanto, a China busca um lugar específico no contexto da política mundial. Dessa forma, Deng Xiaoping, em 1972, comunicava a extinção do Campo Socialista e mantinha a aceitação de pertencer ao Terceiro Mundo, logo em seguida, Mao Zedong criava a Teoria dos Três Mundos<sup>7</sup>.

Na década de 90, as exportações para a China chegaram a alcançar US\$1,2 bilhão, mas dentre a pauta exportadora contava majoritariamente com produtos primários e semimanufaturados. Desde essa época, os produtos básicos passaram a se consolidar como a fonte principal das exportações brasileiras para a China. Em 1993, os laços do plano político-diplomático se estreitaram onde seriam estabelecidos uma nova categoria denominada de “Parceria estratégica” entre os dois países. Nessa época, o Brasil iniciava os processos de abertura ao mercado internacional, e a China passava pelo aprofundamento das reformas econômicas, o que possibilitou uma maior inclusão da China na economia internacional e, também, o crescimento das trocas entre as duas nações. (LIMA, 2016; VILLELA, 2004) De acordo com Altemani *apud* Villela (2004), “Somente, na década de 90, com a abertura econômica brasileira e com a maior inserção chinesa, processa-se uma maior aproximação comercial entre os dois países (...)”.

No ano de 2004, foi criada a Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). E, em 2008, iniciou-se a tentativa de compreensão das estratégias de desenvolvimento para o mercado internacional entre o Brasil e a China no cenário da globalização.

O Plano de Ação Conjunta 2010-2014 (PAC), o qual define objetivos, metas para as relações bilaterais foi assinado em 2010, e em maio de 2015 foi atualizado para 2015 a 2021, pela então presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Li Keqiang. Mas, em 2012 com a visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil, as relações mudaram de nível, tornando-se “Parceria Estratégica Global”, definiu-se o diálogo entre Ministros das Relações Exteriores, originando assim, o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) que visa ações de longo prazo em áreas importantes como, ciência, tecnologia, energia, infraestrutura etc., além de instituir metas e interesses estratégicos que direcionam o relacionamento bilateral. (ITAMARATY, 2017; LIMA, 2016)

Mas essas conjunturas alcançaram o ápice ainda em 2009, quando a China passou a ser o nosso principal parceiro comercial, ampliando-se de forma marcante entre 2001 e 2015 saltando de US\$ 3,2

---

<sup>7</sup> A Teoria dos Três Mundos contrapunha-se ao conceito de Zonas Intermediárias. No conceito de Zonas Intermediárias, o mundo estaria dividido em três zonas, sendo a primeira composta pelos países capitalistas, a segunda pelos países socialistas e a terceira pelos países em desenvolvimento e pelos pequenos países capitalistas. Já a Teoria dos Três Mundos contrapunha-se à divisão do mundo na perspectiva ideológica Leste-Oeste, considerando a divisão em termos de níveis de desenvolvimento. Assim, o primeiro mundo seria composto pelos Estados Unidos e pela União Soviética, o segundo pelos países desenvolvidos da Europa, mais o Japão, Austrália e Canadá, sendo que o terceiro mundo seria composto pelos países em desenvolvimento. (ALTEMANI, p. 72 e 73, 2012)

bilhões para US\$ 66,3 bilhões. Atualmente, a China é nosso maior comprador e, em, 2012 a China tornou-se nosso principal fornecedor de produtos importados.

A china está no ranking dos maiores investidores no Brasil, destacando-se para os setores de energia e mineração, siderurgia e agronegócio. Tem se motivado em alguns setores como telecomunicações, automóveis, máquinas, serviços bancários e infraestrutura.

A China e o Brasil apresentaram semelhanças em seus posicionamentos em relação a outras questões internacionais, tendo como a oposição à diplomacia de direitos humanos dos Estados Unidos e a responsabilidade comum à cooperação multilateral Sul-Sul, em especial a objeção ao protecionismo comercial das grandes potências. (SHANG, 2003 *apud* OLIVEIRA, 2012).

Portanto, o relacionamento da China com o Brasil sempre se apresentou como fortemente favorável pela certificação de “inúmeras complementaridades no plano econômico e pela contínua presença em ambos os países de uma real vontade política de estabelecimento de uma cooperação tanto no plano bilateral quanto no multilateral”. (OLIVEIRA, p. 3, 2012)

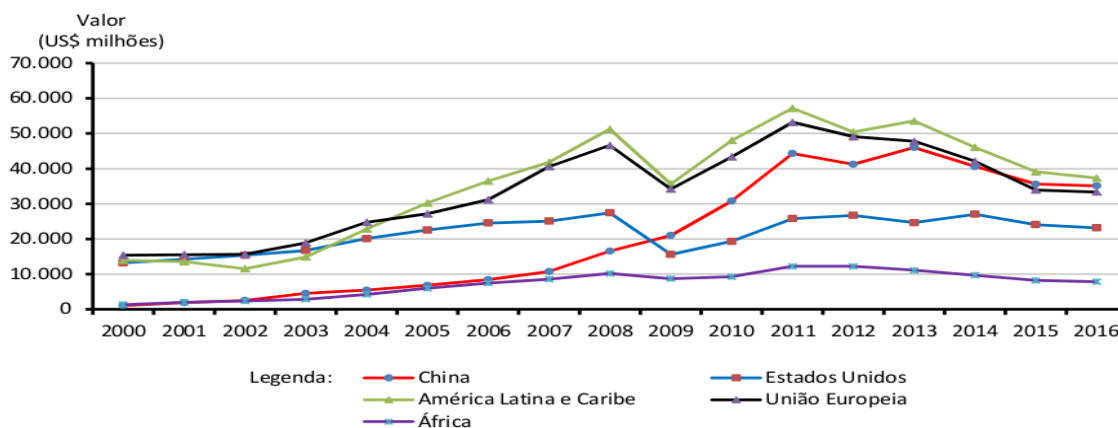
### **Relações Bilaterais Brasil-China**

A evolução das relações comerciais entre Brasil e a China, a partir de 2000 tiveram avanços significativos em comparação do Brasil com o mundo, dado o aumento nas participações de importação e exportação do Brasil com o mercado chinês. (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2010)

“No ano 2000, o comércio bilateral com a China, somava US\$ 2 bilhões e equivalia a apenas 8% do intercâmbio com os EUA e a 1,8% do comércio exterior total do Brasil”. (HOLANDA, p. 69, 2011)

Em 2005, as exportações chegaram a um valor de US\$ 6, 8 bilhões. Em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, lugar que antes era ocupado pelos EUA. No ano de 2013, as cifras alcançaram os US\$ 46 bilhões, de acordo com o Gráfico I. Desde essa data, a China compreende o principal país para as exportações brasileiras, competindo com a União europeia, América Latina e Caribe. (VALDEZ, 2017; HIRATUKA; SARTI, 2016)

Gráfico I Destino das exportações brasileiras (2000-2016)

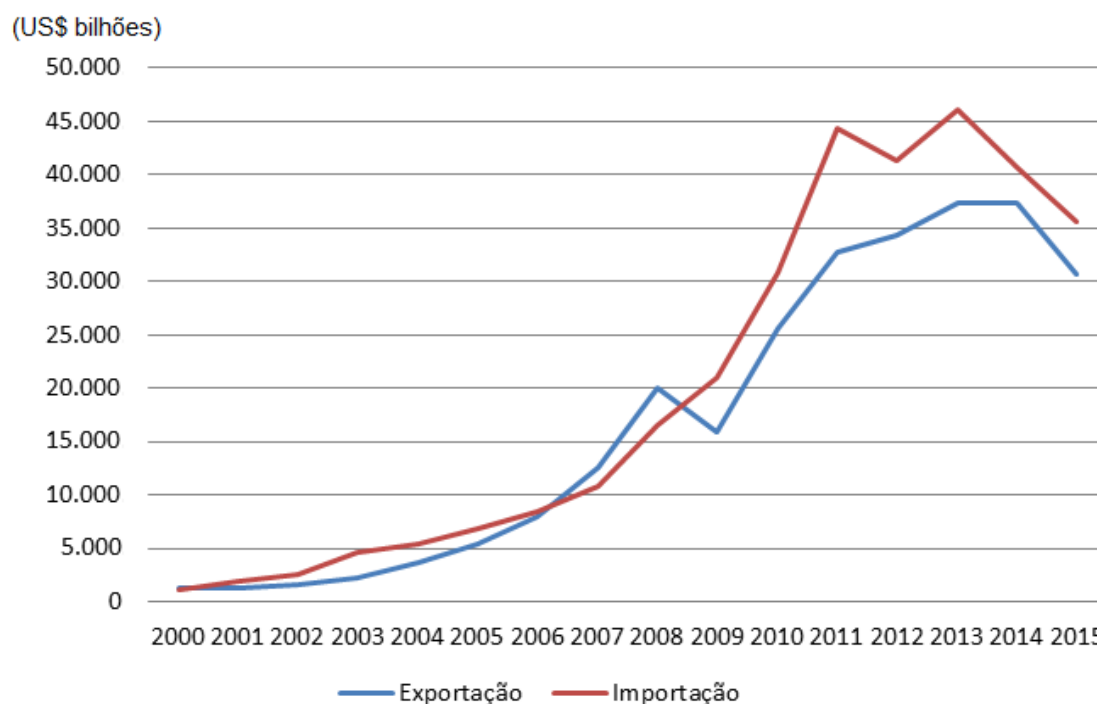


Fonte: Brasil. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. (VALDEZ, 2017)

Nesse período, a China absorveu 13,2% das exportações e constitui 12,5% das importações brasileiras. Quando se trata da corrente do comércio, China e EUA compartilham semelhanças alcançando a 13%. Ainda nos anos 2000, a China mantinha força em seu comércio exterior de apenas 2%. A partir desse período as relações bilaterais tiveram um expressivo crescimento, em contrapartida com o comércio exterior do Brasil. Nesse contexto, “a economia brasileira experimentou nos últimos anos um período de extraordinário crescimento de suas exportações, impulsionado pelo cenário internacional extremamente favorável entre 2003 e 2008”. Por conseguinte, foi beneficiado com o aumento da demanda por commodities e recursos energéticos, estimulado pelo crescimento chinês, juntamente com a alta dos preços internacionais dos produtos da pauta exportadora brasileira, influenciando diretamente no crescimento dos superávits, com restrição aos anos de 2007 e 2008. (HIRATUKA; SARTI, 2016, p. 3; CUNHA, 2011)

Em 2014 as exportações para a China somaram US\$ 40,6 bilhões, demonstrando uma queda estimada em 12% em comparação a 2013. Por outro lado, as importações atingiram o valor de US\$ 37,3 bilhões, com um aumento relativo de 0,1%. Conforme demonstrado no Gráfico II.

Gráfico II Relações Comerciais Brasil e China



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços (2017); OEC – Observatory of Economic Complexity (2017) – elaboração própria.

O Brasil exportou para a China em 2015, um total de US\$ 35,6 bilhões e importou a quantia de US\$ 30,7 bilhões em contraposição a 2014 com os valores respectivos de US\$ 40,6 bilhões e US\$ 37,3 bilhões. Nisso, obteve como resultado, um superávit no comércio bilateral de US\$ 4,9 bilhões. No entanto, o Brasil desde 2009 acumula um superávit com a China de quase US\$ 46 bilhões. (ITAMARATY, 2017)

Quando se analisa o desempenho geral do comércio exterior brasileiro, é possível perceber a influência direta e indireta do crescimento chinês, assim como nos fluxos de exportação quanto nos fluxos de importação. No que se refere das exportações, a consequência do crescimento chinês provocou tanto um aumento das demandas exportadas “quanto nos preços das exportações de um grande conjunto de *commodities* exportadas, não apenas pelo Brasil, mas para vários países da América Latina”. (JENKINS, 2011 *apud* HIRATUKA, SARTI, p. 4, 2016).

As relações bilaterais de comércio do Brasil com a China devem ser, portanto, analisadas dentro de circunstâncias, as quais, no ponto de vista das exportações, prevalece o efeito benéfico das quantidades e dos termos de intercâmbio sobre as *commodities*. Assim sendo, observa-se a demanda crescente das importações de manufaturas chinesas, onde estas acabam por competir no mercado

interno brasileiro, “tanto com produtos originários de outros países quanto com as manufaturas produzidas localmente”. (HIRATUKA; SARTI, p. 4, 2016)

Dessa forma, a ideia é reforçada por Eichengreen e Tong (2006) *apud* Meirelles *et al* (2008), a China gera dois tipos de estímulos positivos na direção das commodities com menor valor agregado e na direção de bens de capital com maiores complexidades advindo da industrialização. “O primeiro tipo de demanda tem beneficiado os países latino-americanos, enquanto que o segundo beneficia países de industrialização avançada, como Estados Unidos, Coréia e Japão.

No Brasil, mais de 60% das exportações destinadas à China diz respeito à soja, minérios de ferro e aço. Os anos sucessores, as exportações de commodities conseguiram através do estímulo do real chegar a reduzir a competição dos setores manufatureiros. Dessa maneira, a conjuntura sugere a necessidade de desenvolver uma política exportadora com foco na diversificação da pauta do comércio com a Ásia. (MEIRELLES; PEREIRA, 2008) Em 2014, a diminuição das exportações brasileiras para a China, emplacaram como causa principal a tendência de queda dos preços internacionais das principais commodities exportadas pelo País. Dessa forma, é possível analisar que a soja e o minério de ferro, produtos responsáveis por 71,2% do total da pauta, tiveram crescimento, em quantidade, de 1% e 5%, respectivamente. Por sua vez, apesar do aumento da quantidade exportada, os dois produtos encerraram o ano com quedas de 3,1% e 22,8% no valor total, assim como podemos ver na Tabela I. (CEBC, 2017) No entanto, no período de 2015, os principais produtos de nossa pauta exportadora mantém total relevância, onde a soja representa (44%), o minério de ferro (19%) e o Petróleo (12%) das exportações brasileiras para o mercado chinês. (OEC, 2017)

Tabela I Pauta de Exportação – 2014 em comparação com 2013

Exportações	2013		2014		Var. (%) US\$	Var. (%) Ton (mil)	Participação na pauta em 2014 (US\$)
	US\$ (milhões)	Ton (mil)	US\$ (milhões)	Ton (mil)			
Soja, mesmo triturada	17.148	32.252	16.615	32.664	-3,1%	1%	40,9%
Minérios de ferro e seus concentrados	15.933	170.709	12.303	179.877	-22,8%	5%	30,3%
Óleos brutos de petróleo	4.035	5.976	3.473	5.576	-13,9%	-7%	8,6%
Celulose	1.347	2.681	1.424	3.061	5,7%	14%	3,5%
Açúcares	1.432	3.496	880	2.282	-38,6%	-35%	2,2%
Couros e peles, não preparados	429	187	554	188	29,1%	1%	1,4%
Carne de aves	441	190	519	228	17,7%	20%	1,3%
Ferro-ligas	497	57	504	42	1,4%	-26%	1,2%
Óleo de soja	517	529	340	396	-34,3%	-25%	0,8%
Tabaco não manufaturado	454	56	334	44	-26,5%	-22%	0,8%
Algodão, não cardado nem penteado	189	96,6	333	180,6	75,8%	87%	0,8%
Pasta química de madeira, para dissolução	230	273	282	310	22,8%	14%	0,7%
Couros preparados	210	14	271	15	29,3%	14%	0,7%
Cobre afinado e ligas de cobre, em formas brutas	587	80	256	36	-56,5%	-54%	0,6%
Outros	2.577	-	2.529	-	-1,9%	-	6,2%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Elaboração: CEBC

Por outro lado, as importações brasileiras originárias da China em 2014 mantiveram-se concentradas nos setores de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, que, somados, corresponderam a 48,4% do montante de tais operações. Contudo, pode-se detectar que as compras de máquinas e aparelhos elétricos finalizaram o ano com um módico acréscimo, de 0,3%, ao mesmo tempo em que se verificou uma queda de 12,1%, em US\$, no setor de máquinas e aparelhos mecânicos. (CEBC, 2017)

Tabela II Pauta de Importação – 2014 em comparação com 2013

Importações	2013		2014		Var.(%) US\$	Var.(%) Qte (10 mil)	Participação na pauta em 2014 (US\$)
	US\$ (mihões)	Qte (10 mil)	US\$ (mihões)	Qte (10 mil)			
<b>Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes</b>	<b>10.869</b>	<b>49.612</b>	<b>10.897</b>	<b>49.640</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,1%</b>	<b>29,2%</b>
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia	2.519	10.570	3.029	11.237	20,2%	6,3%	8,1%
Aparalhos e partes para rádio e televisão	1.907	2.100	1.512	1.793	-20,7%	-14,6%	4,1%
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	1.024	93.225	982	100.674	-4,1%	8,0%	2,6%
Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	537	195.263	548	225.252	1,9%	15,4%	1,5%
Aquecedores elétricos de água	449	6.479	492	6.235	9,7%	-3,8%	1,3%
<b>Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes</b>	<b>8.132</b>	<b>876</b>	<b>7.151</b>	<b>869</b>	<b>-12,1%</b>	<b>-0,8%</b>	<b>19,2%</b>
Partes e acessórios para máquinas e equipamentos mecânicos	1.547	6.782	1.317	4.696	-14,9%	-30,8%	3,5%
Máquinas automáticas para processamento de dados	835	6.822	673	5.551	-19,3%	-18,6%	1,8%
Máquinas e aparelhos de ar condicionado	477	53	542	54	13,8%	1,1%	1,5%
Bombas e compressores de ar ou de vácuo	466	4.119	495	3.762	6,2%	-8,7%	1,3%
Máquinas e aparelhos para impressão	550	122	492	96	-10,6%	-21,2%	1,3%
Produtos químicos orgânicos	2.184	-	2.230	-	2,1%	-	6,0%
Ferro fundido, ferro e aço	978	-	1.388	-	41,9%	-	3,7%
Plásticos e suas obras	1.006	-	1.070	-	6,4%	-	2,9%
<b>Veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes</b>	<b>1.034</b>	<b>79,7</b>	<b>1.002</b>	<b>79,5</b>	<b>-3,1%</b>	<b>-0,2%</b>	<b>2,7%</b>
Partes e acessórios para tratores e veículos automóveis especiais	421	7.604	450	7.586	7,0%	-0,2%	1,2%
Partes e acessórios para motocicletas e outros ciclos	236	273	252	245	6,8%	-10,0%	0,7%
Automóveis de passageiros	115	2	74	1	-35,7%	-36,9%	0,2%
Veículos automóveis para usos especiais	90	0,036	58	0,016	-35,1%	-55,2%	0,2%
Motocicletas (incluídos os ciclomotores)	52	18	51	17	-2,4%	-2,0%	0,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.017	1,04	978	1,24	-3,8%	19,4%	2,6%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	884	232	935	269	5,8%	16,3%	2,5%
Filamentos sintéticos ou artificiais	745	-	809	-	8,7%	-	2,2%
Instrumentos e aparelhos de óptica; aparelhos médico-cirúrgicos	789	976	780	1.209	-1,2%	23,9%	2,1%
Adubos ou fertilizantes	512	-	681	-	33,0%	-	1,8%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Elaboração: CEBC

Do mesmo modo, o setor de veículos automóveis, tratores, ciclos e suas partes, apresentou um declínio, em US\$, de 3,1%. No meio dos produtos desta categoria, cabe ressaltar a forte contração nas importações de automóveis de passageiros e veículos automóveis para usos especiais, que encerraram o ano com quedas, em US\$, de 35,7% e 37,1%, nessa ordem. Todavia, o aumento de 7% no montante das importações de partes e acessórios para tratores e veículos pode ser decorrente da instalação e inauguração de unidades fabris de montadoras chinesas no Brasil. (CEBC, 2017)

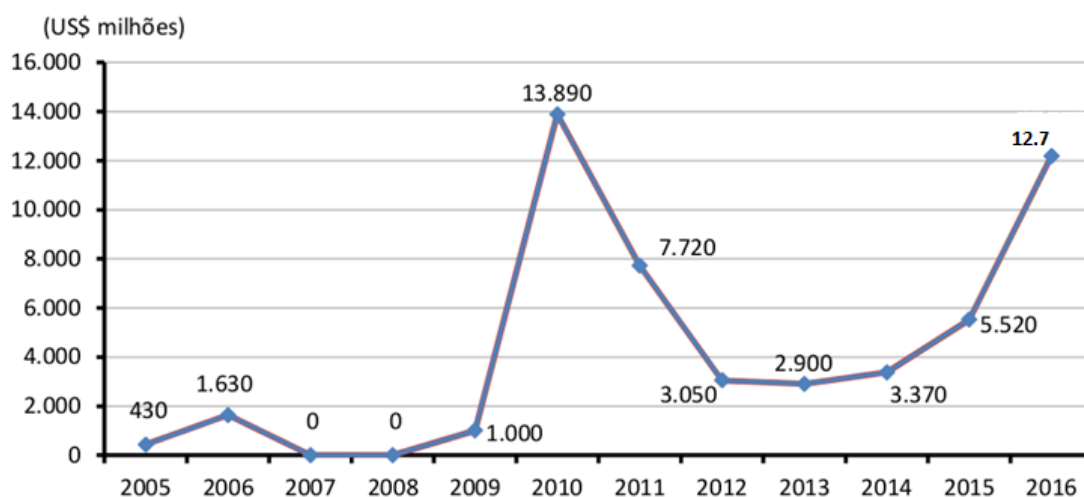
Por outro lado, alguns itens da pauta importadora apresentaram aumentos consideráveis, como no caso do ferro fundido, ferro e aço, que mantiveram crescimento, em valor, de 41,9%, e adubos e fertilizantes, com aumento de 33%.

Outros fatores relevantes para a economia brasileira que vem tendo êxito é o crescimento em investimentos diretos Chineses. Com o tempo às relações bilaterais entre o Brasil e a China se estreitaram, principalmente, na relação dinâmica recente da construção de projetos para o desenvolvimento nacional, com isso, foram estabelecidas, parcerias estratégicas para a captação de recursos externos com o intuito de investimentos no Brasil.

De acordo com os dados do American Enterprise Institute e da Heritage Foundation, os chineses aportaram US\$ 51,7 bilhões em investimentos no Brasil, no período 2005 e 2016. Os investimentos estão vinculados aos setores de imóveis, energia, agricultura, químicos, tecnologia, metais, transporte e financeiro, infraestrutura, e etc. (VALDEZ, 2017)

Através do Gráfico III, podemos observar a entrada de capital chinês no Brasil, durante o período de 2005 à 2016. Em 2010 foi o ano que os valores tiveram uma guinada maior, chegando a US\$ 13,89 bilhões. Logo, o setor de energia foi mais privilegiado, alcançando a casa dos US\$ 11,82 bilhões. Durante o ano de 2012, os investimentos sofreram queda, vindo a alcançar a cifra de US\$ 3,05 bilhões. Depois desse percurso, os investimentos voltaram a crescer, contabilizando os US\$ 12,1 bilhões em 2016. Repetidamente, o setor que mais teve investimentos foi o de energia, somando US\$ 10,3 bilhões.

Gráfico III Investimentos chineses no Brasil (2005-2016)



Fonte: The American Enterprise Institute and the Heritage Foundation. **China Global Investment Tracker**, 2017. (VALDEZ, 2017) [Valor dos investimentos de 2016 corrigidos, conforme dados do AEI, 2017]

A partir de sua entrada na OMC, o governo chinês iniciou a implementação de uma política de promoção de IED no exterior. O ano de 2009 demonstra um ponto de inflexão nos fluxos de investimentos para o resto do mundo por meio de um importante papel dos conglomerados estatais. A coincidência com uma baixa nos fluxos mundiais de inversões levou a China, em 2009, a ocupar o



quinto lugar entre os principais países investidores – seu estoque de IED no mundo aumentou de US\$ 27,8 bilhões, em 2000, para US\$ 229,6 bilhões, em 2009 (BARBOSA, 2011 *apud* BERKEMAN).

O grande avanço internacional das empresas chinesas vem tendo vantagens pelo financiamento público promovido pelo Banco de Desenvolvimento e o Banco de Exportação e Importação. Nisso, os projetos estão focalizados à aquisição de recursos naturais, à exploração de eficácia tecnológica ou marcas, às obtenções que facilitem a competitividade das empresas chinesas e, por sua vez, os investimentos em infraestrutura que impulsionem suas exportações. “Além disso, as empresas têm sido orientadas a contraembargar barreiras comerciais em certos países, como no caso do Brasil.(BEKERMEN, p. 14, 2013)

### **Considerações Finais**

O crescimento acelerado da China nas últimas décadas, elevou o seu poder no sistema internacional, reconstruindo através de suas novas demandas, estruturas conjunturais para o mundo e particularmente para o Brasil. Por conseguinte, o crescimento chinês não constitui somente, apenas um fenômeno econômico, mas, abrange evidentemente também o plano político.

Está bem claro a importância chinesa para o mercado brasileiro. A partir de 2000 as relações com o Brasil tiveram um fortalecimento nos fluxos comerciais, sendo esta, a responsável pelos superávits comerciais brasileiros e, ainda tornou-se um dos maiores investidores em diversas áreas, ocupando uma posição privilegiada dos IED's dirigidos ao Brasil.

Porém, alguns fatos que fazem presença na agenda brasileira vem crescendo de forma intensa e preocupante. Primeiramente, a balança comercial vem acompanhada de assimetrias, onde, de um lado, exportamos matérias-primas e recursos energéticos, de modo que estes são produtos com um menor valor agregado, e do outro lado, importamos manufaturas vinculadas a alta tecnologia. Em segundo lugar, não são apresentadas pela indústria brasileira condições favoráveis de competição com as importações chinesas, e dessa forma, acabam por estabelecer uma tendência direcionada a primarização e a uma desindustrialização do país.

O que seria pernicioso, pois o Brasil não se distingue somente pela posse de recursos naturais, mas por um setor manufatureiro com níveis relativos de complexidades e potencial. Assim, a capacidade do agronegócio no país acontece de uma ampla cooperação entre insumos, máquinas e equipamentos, visto que, a produção agrícola esteja conectada entre agricultura e indústria.

Por outro lado, a economia brasileira têm recebido investimentos chineses, o que têm estreitado a relação entre os dois países, principalmente no dinamismo da construção de projetos para o desenvolvimento nacional. Mas, a problemática está preferivelmente concentrada nos projetos para aquisição de recursos naturais, à exploração da competência tecnológica, aquisições que facilitem a

concorrência das empresas chinesas no mercado mundial e desenvolvimento em infraestrutura que estimulem suas exportações.

Nisso, as necessidades chinesas para o seu abastecimento interno fundamentam estratégias aplicáveis a seus principais interesses pelo Brasil, ter acesso às cadeias produtivas facilitadas como as *soft commodities*. Com isso, investimentos em infraestrutura, principalmente em ferrovias garantirão a tranquilidade de escoamento da produção *hard commodities* e *soft commodities* para o mercado chinês. Por outras vias, as relações crescentes com o Brasil tem a pretensão de abranger cada vez mais um mercado um tanto consumidor de seus produtos tecnológicos.

Nessas premissas, a economia, a política e a sociedade estão nos mesmos jogos de interesses, uma talvez mais do que a outra, mas com o seu grau de importância nessa cadeia de poder. Dar garantias a acesso a recursos naturais, a continuidade de seu crescimento, e a abertura para a internacionalização das empresas, torna-se um organismo chave para economias tão distintas.

Conseqüentemente, o Brasil perde de ter uma participação industrial mais acentuada na composição de sua pauta exportadora, na qual há mais perdas de competitividade do que um decorrente processo de desindustrialização. Pois, a competitividade é perdida diante da incapacidade de manutenção de atratividade diante dos produtos chineses.

Por esta questão pode-se considerar que o relacionamento com a China tem um certo grau de positivo, logo sua busca por commodities reembolsa receitas perdidas pela diminuição das aquisições de manufaturas. Por mais que, esta retração seja derivada de uma presença forte chinesa nestes mercados. Do mesmo jeito que, a concentração das importações brasileiras advindas do mercado chinês em produtos da indústria transformadora de matéria-prima em produto final, viabiliza parcialmente o suporte da produção industrial.

Além disso, no quesito das vantagens comparativas para o mercado brasileiro, em destaque, os obstáculos que as exportações de soja presenciam em relação à China são às barreiras tarifárias, tornando-se assim, um grande desafio de superação pelo Brasil. Assim, órgãos como a OMC, são necessários pra a promoção do livre comércio e o desenvolvimento das nações.

O Brasil, pode-se considerar como um país competitivo quando tratamos das exportações de soja, a nossa principal matéria-prima exportada, mas temos muitos obstáculos que precisam ser resolvidos para mantermos competitividade mundial.

A abordagem que a RPC é um ator novo no sistema internacional e ainda mais recente na economia internacional, traduz a possibilidade de analisar a relação Brasil-China como sendo também embrionária, enfatizada neste século, mas com fases distintas, como por exemplo, o acesso da China a OMC em 2001, e ter se tornado em 2009 o nosso principal parceiro comercial.

De alguma forma, diversas fases de transição, que no início era colocado produtos intensivos em trabalho e de baixa qualidade, e depois, de produtos com alta intensidade tecnológica, seguidas pela

falta de investimentos, logo, pela avalanche de IED'S, primeiramente em recursos primários e posteriormente pelos industrializados.

Em última observação, a China é a segunda maior potência econômica mundial com um crescimento que parece não cessar. Continuará a ser aceita pelas economias mundiais, as quais desempenha um papel relevante. Conseguiu mostrar a sua importância para os países em desenvolvimento, em particular o Brasil, durante a grande crise de 2008. Desse modo, instituir barreiras comerciais numa relação bilateral não seria interessante para nenhum dos envolvidos. Já que, o centro com maior dinamismo da economia mundial se encontra na China e um alargamento dessa relação não estaria de acordo com nossas expectativas e interesses.

## Referências

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. *As Relações Bilaterais Brasil-China: A ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil*. Brasília: Ipea, 2010. 56 p.

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. *China e Brasil: oportunidades e desafios*. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana. *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos – Brasília: Ipea, 2011. 352 p.: gráfs., tabs.*

AEI. The American Enterprise institute and the Heritage Foundation. *China Global Investment Tracker, 2017*. Disponível em: <http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/> Acesso em: 05-08-2017 às 17:05 hs.

ALTEMANI, Henrique. *Brasil e China: Cooperação Sul-Sul e parceria estratégica*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

BAUMANN, Renato. *Economia Internacional: teoria e experiência brasileira/ Renato Baumann, Otaviano Canuto, Reinaldo Gonçalves. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 9ª reimpressão.*

BECARD, Danielly Silva Ramos. *O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004) – Brasília: FUNAG, 2008.*

BEKERMAN, Marta; DULCICH, Federico; MONCAULT, Nicolas. *Transformações recentes da economia chinesa: impacto sobre suas relações comerciais com a América Latina*. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/140903\\_rtmv5\\_n1\\_port\\_cap1.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/140903_rtmv5_n1_port_cap1.pdf) Acesso em: 12 agost. 2017 às 18:45 hs.

CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China. *Informativo nº 24*. Janeiro de 2015. Disponível em: [http://cebc.com.br/sites/default/files/informativo\\_no24\\_exp.pdf](http://cebc.com.br/sites/default/files/informativo_no24_exp.pdf) Acesso em: 10 jun. 2017.

CHACON, Vamireh. *Política externa da China na virada do século XX para o XXI*. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Brasil e China: Multipolaridade/ Samuel Pinheiro Guimarães, organizador. – Brasília: IPRI, Funag, 2003.*

CHONG, Alan. *“Foreign Policy in Global Information Space. Actualizing Soft Power”*. Palgrave McMillan. 2007.

CUNHA, André Moreira. *A China e o Brasil na nova ordem internacional*. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/03.pdf> Acesso: 12 jul. 2017.

FIORI, José Luís. O Poder Global e a nova geopolítica das nações – São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

HALPER, Stefan A. The Beijing Consensus: How China's authoritarian model will dominate the twenty-first century. New York: Basic Books, 2010. 296 pp.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Relações Econômicas entre Brasil e China: Análise dos Fluxos de Comércio e Investimento Direto Estrangeiro. *Revista tempo do mundo*. rtm. v. 2. n. 1. jan. 2016.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. Relações Brasil-China: Elementos de Aproximação e diferenciação. In: *Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades*. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 536 p.

JAGUARIBE, Anna. Brasil e China na Reorganização das Relações Econômicas Internacionais: Desafios e Oportunidades. In: *Brasil e China no reordenamento das relações internacionais : desafios e oportunidades*. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 536p.

KEOHANE, Robert O. Power and interdependence/ Robert O. Keohane, Joseph S. Nye. – 4th ed. 2012.

NYE, Joseph S. Jr. The means to success in world politics. New York: Public Affairs, 2004. (a)

NYE, Joseph S. The Future of Power. Washington, DC: Public Affairs. 320 p. 2010. (b)

KISSINGER, Henry. Sobre a China. Tradução Cássio de Arantes Leite. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. Brasil e China: 40 anos de Relações diplomáticas: análises e documentos./ Sérgio Eduardo Moreira Lima (Organizador). – Brasília: FUNAG, 2016. 480 p.

LYRIO, Mauricio Carvalho. A ascensão da China como potência: Fundamentos políticos internos. Brasília: FUNAG, 2010. 252 pp.

MEDEIROS, Carlos de Aguiar de. China: Desenvolvimento econômico e ascensão internacional. Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - III CNPEPI: (2: Rio de Janeiro: 2008): O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: China – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 458 p.

MEIRELLES, José Gabriel Porcile; PEREIRA, Wellington. A ascensão da China na economia mundial: efeitos sobre o Brasil e América Latina. Disponível em:

<http://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27452/18270> Acesso em 13 ago. 2017 às 20:25 hs.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. – (Itamaraty) República Popular da China. 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china> Acesso em: 05 jul. 2017.

OEC- Observatory of Economy Complexity. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/en/> Acessado em: 04 jul. 2017 às 20:10 hs.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? *Rev. bras. polít. int.* vol. 53 n° 2. Brasília: 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil-China: Uma parceria predatória ou cooperativa? *Revista tempo do mundo – rtm-* v. 2 – n. 1 – jan. 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/160331\\_rtm\\_vol2\\_n1\\_brasil\\_china\\_uma\\_parceria.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/160331_rtm_vol2_n1_brasil_china_uma_parceria.pdf) Acesso em: 10 jul. 2017

SARFATI, Gilberto. Teorias de Relações Internacionais.- São Paulo: Saraiva, 2005.

TRUNKOS, Judit. What Is Soft Power and How Does It Impact Foreign Policy. Columbia, SC, EUA: University of South Carolina, 2013.

VALDEZ, Robson. PANORAMA INTERNACIONAL. As relações entre o Brasil e a China frente aos desafios impostos pelo ajuste fiscal. Vol. 02, 2017. Disponível em:

<http://panoramainternacional.fee.tche.br/article/as-relacoes-entre-o-brasil-e-a-china-frente-aos-desafios-impostos-pelo-ajuste-fiscal/> Acesso em: 11 agost. 2017 às 16:00 hs.

VILLELA, Eduardo V. M. As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês. Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico dos cursos de graduação em pós em Relações Internacionais da PUC/SP (GEAP-PUC/SP) – Pesquisa Iniciação Científica, 2004. Disponível em:

<http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF> Acesso em: 05 jul. 2017

WIGHT, Martin. A política do poder/ Martin Wight (1913-72); Prefácio de Henrique Altemani de Oliveira; Trad. C. Sérgio Duarte (2ª. Edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2002. 329 p.